



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2022

010. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO ESPECIAL (DEFICIÊNCIA VISUAL)

(OPÇÃO: 010)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. O artigo 211 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, menciona a responsabilidade da União em garantir um padrão mínimo de qualidade na educação. Em seu parágrafo 7º, esse mesmo artigo estabelece que tal padrão mínimo de qualidade considerará

- (A) os indicadores de absorção de egressos da educação básica pelo ensino superior ou pelo mercado de trabalho qualificado.
- (B) a economia progressiva na relação custo-benefício referente ao valor anual total por aluno (VAAT).
- (C) a Relação Aluno-Professor (RAP), fixada constitucionalmente em, no máximo, 35 alunos por professor na educação básica.
- (D) as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ).
- (E) os resultados apresentados em *rankings* e avaliações educacionais, em âmbito nacional e internacional.

02. Considerando o parágrafo 9º-A do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), é correto afirmar que a educação alimentar e nutricional

- (A) é de matrícula facultativa nas instituições públicas e privadas, assim como o ensino religioso.
- (B) é prevista como componente curricular obrigatório apenas na educação infantil.
- (C) está incluída entre os temas transversais do currículo de todas as etapas da educação básica.
- (D) deve se submeter aos hábitos da comunidade local em que a escola está inserida.
- (E) compõe o currículo das escolas de jornada integral, devendo ser ofertada prioritariamente em contraturno.

03. Leia o excerto a seguir, extraído da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*).

“Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar _____.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme os termos específicos utilizados no documento.

- (A) dos processos de seleção e avaliação dos profissionais de educação
- (B) das reuniões pedagógicas da unidade escolar
- (C) das atividades didáticas previstas para aplicação em sala de aula
- (D) da atribuição de notas e conceitos
- (E) da definição das propostas educacionais

04. Conforme o artigo 23 da *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009), os Estados Partes do documento assegurarão que uma criança não será separada de seus pais contra a vontade destes, **exceto** quando

- (A) houver alegação procedente de deficiência incapacitante de um ou de ambos os pais.
- (B) a localidade em que a família reside não oferecer os serviços de acessibilidade e tratamento necessários ao bem-estar da criança.
- (C) autoridades competentes determinarem, em conformidade com as leis e procedimentos aplicáveis.
- (D) a família imediata de uma criança com deficiência não tiver condições financeiras de cuidar da criança.
- (E) houver alegação de deficiência grave e irreversível da criança.

05. Maria José é pedagoga, formada no final da década de 1990, mas apenas recentemente passou a exercer a profissão, como professora dos anos iniciais do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo. Seguindo as definições do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola, está tendo dificuldades para formular um projeto que envolva Educação em Direitos Humanos, pois não se recorda de ter aprendido esse conteúdo durante a graduação.

Tendo em vista a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, é correto afirmar que, atualmente, a Educação em Direitos Humanos é componente curricular

- (A) eletivo da base diversificada do currículo da educação básica, de modo que Maria José pode questionar a definição do PPP quanto à obrigatoriedade do conteúdo na unidade em que atua.
- (B) obrigatório na formação inicial de todos os profissionais da educação, mas também deve orientar a formação continuada, contexto em que Maria José pode capacitar-se.
- (C) optativo na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sendo que o caso de Maria José demonstra o prejuízo causado pela falta de obrigatoriedade.
- (D) previsto formalmente apenas a partir dos anos finais do ensino fundamental, de modo que Maria José pode adiar o seu projeto para quando estiver mais segura e capacitada.
- (E) atribuído oficialmente a professor especialista, dada sua complexidade ética, sendo que Maria José pode se capacitar em nível de pós-graduação, caso seja de seu interesse.

06. A Lei nº 13.445/2017 (*Lei de Migração*) dispõe, em seu artigo 3º, sobre princípios e diretrizes que devem reger a política migratória brasileira. No que concerne à criança e ao adolescente migrantes, o inciso XVII do referido artigo pressupõe

- (A) naturalização definitiva como direito de crianças e adolescentes migrantes em seu ingresso no território nacional.
- (B) garantia de educação gratuita à criança e ao adolescente migrantes, em instituições privadas ou públicas.
- (C) impossibilidade de admissão no País de crianças e adolescentes migrantes desacompanhados de responsável legal.
- (D) acesso condicional da criança e do adolescente migrantes a serviços de educação, alimentação e moradia.
- (E) proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrantes.

07. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do excerto a seguir, extraído da Resolução CNE/CP nº 01/2004 (que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*).

“Art. 5º. Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de _____ posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.”

- (A) corrigir
- (B) criminalizar
- (C) acolher
- (D) penalizar
- (E) publicizar

08. O documento intitulado *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004) aponta uma relação de vantagens decorrentes da implantação do Conselho Escolar.

Assinale a alternativa que apresenta uma consequência dessa implantação, em conformidade com os argumentos do texto.

- (A) A elaboração qualificada do projeto político-pedagógico apenas por especialistas, a fim de assegurar a inserção das melhores práticas pedagógicas.
- (B) O reconhecimento da improvisação como conduta pedagógica legítima e alinhada à premissa de autonomia docente.
- (C) A redução significativa da necessidade de fiscalização e de controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional.
- (D) A prevenção de que haja alterações curriculares ou flexibilização do calendário escolar, efetivando o cumprimento das regulamentações vigentes.
- (E) A garantia de decisões efetivamente coletivas, de modo que as ações têm um patamar de legitimidade mais elevado.

09. Hugo é secretário de uma escola da rede estadual de São Paulo. Recentemente, atendeu um estudante transexual que solicitou uma alteração em seu cadastro, a fim de registrar seu novo prenome. Em dúvida sobre quais procedimentos adotar, Hugo consultou o Decreto nº 55.588/2010 (que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas) e concluiu, acertadamente, que

- (A) a apresentação de documentos de identificação e de registro civil com o novo prenome é um requisito para a atualização do cadastro.
- (B) a mudança refere-se apenas aos atos escritos, sendo esta uma obrigação da escola.
- (C) a referência ao prenome anterior passa a ser vetada na unidade escolar e passível de penalidade, tanto em atos formais quanto em atos informais.
- (D) o prenome escolhido deve acompanhar o prenome anotado no registro civil, na emissão de documentos oficiais.
- (E) a mudança requerida passa a ter validade após autorização expressa do responsável pela unidade escolar.

10. Considerando o momento em que foi elaborada, a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) apresenta a situação então vigente da educação especial no estado. Especificamente em relação aos estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), o documento afirma que
- (A) o atendimento desse público em escolas privadas não inclusivas ainda conta com custeio público, sobretudo devido a pedido das respectivas famílias.
 - (B) a extinção de parcerias junto a organizações especializadas da sociedade civil tem contribuído para o aumento da qualidade no atendimento educacional regular a esse público.
 - (C) esse público representa, entre as categorias elegíveis à educação especial, os menores percentuais de matrículas nas escolas da rede estadual.
 - (D) a previsão de ampliação das Classes Regidas por Professor Especializado (CRPEs) é uma das principais medidas estaduais voltadas a esse público a médio prazo.
 - (E) a redução gradual de matrículas desse público nas escolas especiais é um dado preocupante, por demonstrar falhas nas políticas inclusivas efetivadas no estado.
11. Considerando as estratégias traçadas no *Plano Estadual de Educação de São Paulo* atualmente vigente (Lei nº 16.279/2016), é correto afirmar que há previsão expressa de flexibilização
- (A) da formação específica exigida dos profissionais da educação.
 - (B) das definições de analfabetismo absoluto e funcional.
 - (C) da obrigatoriedade do ensino médio.
 - (D) dos tempos e espaços escolares.
 - (E) da periodicidade do Saesp.
12. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma competência específica traçada pelo *Currículo Paulista* (2019) para a área de Linguagens, no ensino fundamental.
- (A) Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
 - (B) Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
 - (C) Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
 - (D) Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
 - (E) Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

13. Azambuja e Silva (2024) abordam a questão do plágio acadêmico em trabalhos escritos, salientando que a inteligência artificial (IA) intensifica esse impasse. Nos termos dos autores: “Com ferramentas como o ChatGPT o problema permanece e se aprofunda, pois agora a ferramenta entrega textos que não estão prontos na Internet. A ferramenta oferece a sua própria versão sobre o assunto pesquisado com enorme poder de síntese [...]. O resultado, normalmente, são textos muito bem fundamentados e muito bem escritos que dão inveja a bons escritores e intelectuais”.

Diante desse cenário, uma medida que os autores defendem como necessária é

- (A) a imposição de sanções severas para o plágio feito a partir de *softwares* de IA.
- (B) o desenvolvimento de *softwares* de detecção de plágio mais avançados.
- (C) a alfabetização tecnológica dos educadores como variável constante.
- (D) a retomada de práticas que independem de tecnologia, como a escrita à mão.
- (E) a transposição didática das habilidades escritas para habilidades digitais.

14. Em sua discussão sobre avaliação educacional, Menezes (*In: Carvalho et al., 2007*) sustenta algumas correlações que entende serem procedentes na análise de dados sobre desempenho escolar, mas refuta outras. Uma correlação afirmada pelo autor como sendo coerente é:

- (A) o aumento das matrículas no ensino médio resulta em aumento equivalente no ensino superior.
- (B) há correlação entre gastos e proficiência escolar, independentemente da maneira como se aplicam os recursos.
- (C) quanto mais a criança é exposta a problemas que ela não consegue resolver, mais ela se sente desafiada, o que reduz sua tendência a desistir do estudo.
- (D) o aluno que passa mais horas na escola aprende mais e desempenha melhor nos exames de proficiência.
- (E) a média de anos de escolaridade é a variável mais importante para o crescimento econômico de um país.

15. A partir de uma contextualização sobre a justiça restaurativa, Ceccon *et al.* (2009) expõem uma definição de *escola restaurativa*.

Assinale a alternativa que apresenta uma característica dessa escola, conforme propõem os autores.

- (A) Entendimento da disciplina como autodisciplina e autodomínio.
- (B) Busca ativa pelos culpados pelos conflitos, personalizando as ações.
- (C) Extinção progressiva do conflito por meio de ações sobre suas causas.
- (D) Foco nos equipamentos, nos processos e nas regras.
- (E) Priorização de medidas paliativas diante de episódios de violência.

16. Em coerência com a definição de protagonismo juvenil que defendem, Costa e Vieira (2000) apresentam uma escada de participação do jovem, indicando progressivamente os diferentes níveis possíveis dessa participação.

De acordo com os autores, o último nível dessa escada, ou seja, o nível mais avançado de protagonismo juvenil, é a participação

- (A) mimética.
- (B) simbólica.
- (C) simbiótica.
- (D) operacional.
- (E) condutora.

17. A respeito da técnica denominada “*O que fazer*”, Lemov (2023) afirma que dar instruções eficazes é uma das competências centrais do ensino. Em sua concepção, para que instruções sejam de fato eficazes, elas devem ser, entre outras características,

- (A) abstratas e coletivas.
- (B) desafiadoras e austeras.
- (C) sequenciais e observáveis.
- (D) genéricas e extensivas.
- (E) flexíveis e intermitentes.

18. Leia o excerto a seguir, extraído de Lemov (2023):

“Uma discussão eficaz precisa de um propósito compartilhado – em dois níveis. Ela precisa de um tópico específico que os participantes concordem tacitamente em discutir e precisa de um modelo mental compartilhado do que significa discutir alguma coisa. [...] A discussão deve envolver alguma reflexão ao longo das linhas de: o que eu, ou nós, aprendemos aqui?”

Tendo em vista essa premissa, o autor apresenta técnicas com a intenção de promover discussões eficazes em sala de aula. Uma dessas técnicas é denominada

- (A) Argumentação fora da caixa.
- (B) Discussão disciplinada.
- (C) Debate livre.
- (D) Discutir para vencer.
- (E) Debater para responder.

19. Mantoan (2015) especifica algumas tarefas que considera necessárias para concretizar a perspectiva de inclusão escolar que ela defende.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das tarefas propostas pela autora.

- (A) Substituir a premissa de uma pedagogia da diferença por uma pedagogia da igualdade.
- (B) Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- (C) Customizar o ensino, ajustando-o às limitações dos estudantes a serem incluídos.
- (D) Suprimir o caráter investigativo e diagnóstico da avaliação escolar.
- (E) Priorizar expedientes como a adaptação do currículo e a terminalidade específica.

20. Williams (2005) apresenta em sua narrativa a metáfora do *balde de feedback*. Esse balde contém furos originados de fontes internas ou externas, por onde o *feedback* se esvai, gerando comportamentos de baixo desempenho, dificuldades de relacionamento, pouca iniciativa etc. Na narrativa, o autor indica algumas formas de tapar esses furos, ainda que de forma transitória. Uma dessas formas é

- (A) delegar o poder de tomar decisões.
- (B) enfatizar os sucessos coletivos em detrimento dos individuais.
- (C) oferecer *feedbacks* mais amplos, evitando exemplos objetivos.
- (D) concentrar-se em aspectos da personalidade da pessoa.
- (E) suprimir *feedbacks* corretivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em observação à acentuada diversidade cultural e ao compromisso com a redução das desigualdades educacionais no estado de São Paulo, o *Currículo Paulista: etapa Ensino Médio* (São Paulo, SEDUC, 2020) tem como um dos pontos focais, para a sua elaboração, a equidade e o reconhecimento de que

- (A) o alunado da Educação Especial deve estar na escola regular.
- (B) a Educação Especial é transversal à educação regular.
- (C) as dificuldades dos estudantes devem ser reconhecidas.
- (D) as necessidades dos estudantes são diferentes.
- (E) os professores necessitam de capacitações periódicas.

22. Sadao Omote, prefaciando a obra *Diversidade e cultura inclusiva* (2014), escreve que, para formar novas gerações de estudantes, a formação dos educadores é imprescindível, pois estes precisam ter um domínio seguro de alguns conhecimentos para que não compreendam de uma forma desconhecida as necessidades de seus alunos e não legitimem a desigualdade.

Na perspectiva de Omote, esses conhecimentos dos quais os educadores devem ter domínio dizem respeito

- (A) às políticas públicas de Educação Especial.
- (B) às políticas públicas de Educação Inclusiva.
- (C) aos conteúdos curriculares da Educação Básica.
- (D) à diversidade e à inclusão.
- (E) à população dos alunos quilombolas e indígenas.

23. Pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), considera-se uma barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa.

Na atualidade, pessoas com deficiências ainda encontram barreiras arquitetônicas, que, de acordo com a referida lei, são aquelas

- (A) localizadas nas vias e nos espaços públicos e privados de uso coletivo.
- (B) que se encontram nos sistemas e meios de transporte coletivo.
- (C) que não permitem o acesso aos recursos de tecnologia.
- (D) que não disponibilizam guias rebaixadas e calçadas com piso podotátil.
- (E) existentes nos edifícios públicos e privados.

- 24.** A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), no capítulo IV – Do Direito à Educação, art. 28, inciso III, destaca que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso
- (A) ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.
 - (B) às adequações curriculares, de acordo com as necessidades educacionais de cada aluno, seja com deficiência, seja com transtornos do desenvolvimento.
 - (C) à Educação Especial como eixo transversal em todos os níveis de ensino, a fim de garantir o acesso aos conteúdos específicos.
 - (D) às salas de recursos multifuncionais, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno com deficiência.
 - (E) às instituições especializadas conveniadas, para assegurar o direito ao atendimento educacional especializado caso não haja esse serviço na escola regular.
- 25.** Em uma determinada escola, há algumas crianças que apresentam dificuldades significativas de aprendizagem e desenvolvimento, e a equipe escolar compreende que seria necessária uma avaliação dos casos com hipótese de deficiência.
- Considerando a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) em seu art. 2º, é necessário que a avaliação da deficiência seja
- (A) transdisciplinar.
 - (B) ecológica funcional.
 - (C) biopsicossocial.
 - (D) centrada nas potencialidades.
 - (E) pedagógica e educacional.
- 26.** O *Currículo Paulista: etapa Ensino Médio* (São Paulo, SEDUC, 2020), de modo a assegurar as aprendizagens essenciais, leva em consideração as necessidades, as possibilidades e os interesses do estudante, assim como suas
- (A) necessidades específicas educacionais.
 - (B) limitações e dificuldades de aprendizagem.
 - (C) condições sociais, econômicas e culturais.
 - (D) vivências, experiências e conhecimentos prévios.
 - (E) identidades linguísticas, étnicas e culturais.
- 27.** Para promover uma educação integral com equidade, o *Currículo Paulista: etapa Ensino Médio* (São Paulo, SEDUC, 2020) considera que as temáticas, os atendimentos e as modalidades de ensino permeiam os diversos componentes curriculares de todas as etapas da vida escolar.
- Nesse sentido, deve-se possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades ancoradas em um atendimento educacional inclusivo e o reconhecimento
- (A) do contexto cultural, ambiental, social e econômico em que se encontram as escolas públicas e privadas do país.
 - (B) de demandas e contextos socioculturais inerentes aos diversos segmentos da população paulista.
 - (C) das necessidades do alunado com deficiência e transtorno global do desenvolvimento matriculado na rede de ensino paulista.
 - (D) das necessidades do professorado quanto à formação continuada nos diferentes temas da Educação Especial e especializada.
 - (E) das características da comunidade e do ambiente cultural no qual os alunos com deficiência estão inseridos.
- 28.** Para Omote, em *Diversidade e cultura inclusiva* (2014), a sociedade brasileira vem aperfeiçoando vigorosamente a democracia nas últimas décadas e as minorias excluídas historicamente têm merecido atenção especial; procura-se reduzir a exclusão social e proporcionar melhoria na qualidade de vida, e a educação representa um duplo caminho no combate às exclusões e desigualdades sociais.
- Para o autor, esse duplo caminho é representado pela
- (A) escola inclusiva e pela adequação de conteúdos escolares.
 - (B) Educação Inclusiva e pela formação de novas gerações.
 - (C) formação de professores e pelo conhecimento das necessidades dos alunos.
 - (D) Educação Especial e pela formação de professores.
 - (E) Educação Inclusiva e pela Educação Especial.

29. Mendes, Vilaronga e Zerbato, em *Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial* (2014), dissertam sobre o coensino como um processo em que os professores (de Ensino Especial e Ensino Regular) passarão por estágios iniciais de adaptação até chegarem a um relacionamento colaborativo, sendo que o ideal a ser alcançado é nomeado como equipe de ensino, a qual envolve os dois professores com igualdade quanto a liderança e a responsabilidades educacionais.

Assinale a alternativa que exemplifica o trabalho como equipe de ensino, na perspectiva do coensino.

- (A) Juntos, os professores podem coapresentar uma lição e são vistos como parceiros iguais em planejamento e execução.
- (B) O professor de Ensino Especial fica mais centrado no aluno com deficiência, mas com o mesmo conteúdo dos alunos da classe estabelecido pelo professor regente.
- (C) Cada professor fica responsável por uma atividade, e os alunos passam indistintamente pelas duas atividades com seus respectivos professores.
- (D) O professor regente planeja a atividade para todos os alunos, e o professor de Ensino Especial faz as adequações para os alunos com deficiência.
- (E) Ambos os professores planejam os conteúdos para todos os alunos, e o professor de Ensino Especial executa o plano junto aos alunos com deficiência.

30. No que diz respeito à população-alvo do professor especializado na classe comum, na perspectiva do ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) afirmam que a ideia central do ensino colaborativo é

- (A) definir o professor especializado como um apoio para os alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento.
- (B) valorizar o trabalho centrado no aluno com deficiência, mas o professor de Educação Especial pode e deve trabalhar com todos os alunos.
- (C) garantir a qualidade do ensino para os alunos com deficiência, com transtornos do desenvolvimento e com dificuldades de aprendizagem.
- (D) melhorar o ensino para todos, e por isso é preciso equiparar as oportunidades a fim de garantir a aprendizagem máxima possível de todos os alunos.
- (E) assegurar que a responsabilidade quanto à população-alvo da Educação Especial seja do professor especializado, ao elaborar os conteúdos específicos.

31. Assinale a alternativa relacionada à definição de cegueira do ponto de vista educacional segundo Lima em *O aluno com deficiência visual: cegueira e baixa visão* (2018).

- (A) Presença de apenas 10% de visão no melhor olho e não melhora com o uso de óculos comuns e após tratamentos clínicos ou cirúrgicos.
- (B) A acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica e/ou medida de campo visual em ambos os olhos menor do que 60°.
- (C) Ocorrência de perda total ou presença de um resíduo mínimo de visão, que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita.
- (D) A acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; e/ou medida de campo visual em ambos os olhos menor que 60°.
- (E) Comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção com óculos comuns, que leva a necessitar de recursos ópticos.

32. Com base em Lima (2018), o comportamento visual de uma pessoa resulta da interação entre diferentes funções visuais.

Nesse contexto, a capacidade de perceber e distinguir diferentes sombreamentos (nuances) refere-se à função visual de

- (A) sensibilidade ao contraste.
- (B) adaptação.
- (C) visão de cores.
- (D) visão de detalhes.
- (E) visão de profundidade.

33. Uma doença ocular que causa a baixa visão é resultante de uma infecção durante a gestação que acomete o feto, provocando uma cicatriz na mácula (região central da retina), e os agentes transmissores dessa doença estão presentes nas fezes de cachorro, de gato, de aves e na carne de porco.

Essa descrição, com base em Lima em *O aluno com deficiência visual: cegueira e baixa visão* (2018), refere-se à doença ocular causada por

- (A) citomegalovírus.
- (B) toxoplasmose congênita.
- (C) infecção pelo Zika vírus.
- (D) herpes congênita.
- (E) rubéola congênita.

34. Auxílios ópticos são recursos que possibilitam a ampliação de imagem e a visualização de objetos, favorecendo o uso da visão residual para longe e para perto.

São exemplos de auxílios ópticos, segundo Domingues, em *A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira* (2010),

- (A) oclusores laterais e lupa de apoio.
- (B) molde vazado e telescópio.
- (C) circuito fechado de televisão (CCTV) e lupa manual.
- (D) lupa manual e telescópio.
- (E) lâmpadas fluorescentes e tiposcópio.

35. Com base em Lima (2018) e Domingues (2010), assinale a alternativa que se refere corretamente ao programa com síntese de voz JAWS (Job Access With Speech) como recurso tecnológico para alunos com deficiência visual.

- (A) É para sistema Windows, suporta vários idiomas e permite navegar pelas páginas da web e editar textos.
- (B) Recurso para impressão de textos em braille, assim como jogos didáticos, calculadora vocal, relógio, ampliador e leitor simplificado na tela.
- (C) Permite a digitalização de textos em geral para o computador e a leitura imediata do conteúdo por meio do sintetizador de voz.
- (D) Tradutor braille para criação de textos, livros e documentos, sem ter que se preocupar com as regras de formatação braille.
- (E) Software gratuito de código aberto, que roda em sistema Linux para acessar o leitor e o ampliador de telas.

36. João tem 6 anos de idade e foi matriculado na 1ª série. Sua mãe apresentou um laudo do oftalmologista atestando que João tem hipermetropia em ambos os olhos, os quais são mais curtos do que o normal para o padrão da idade. Também apresenta a curvatura de ambas as córneas mais plana e necessita usar os óculos prescritos para as atividades em classe.

Com base em Lima, em *O aluno com deficiência visual: cegueira e baixa visão* (2018), e de acordo com esses dados, é possível inferir que João tem dificuldade para enxergar

- (A) de longe, por isso, o professor pode posicionar João no centro da classe desde que use contrastes na lousa.
- (B) de longe, portanto o professor precisa organizar a classe para que João sente-se mais à frente e possa enxergar a lousa.
- (C) elementos escritos com poucos contrastes, por isso o professor precisa escrever na lousa verde com giz colorido ou na lousa branca com caneta preta.
- (D) tanto de perto quanto de longe, portanto o professor precisa observar o desempenho nas lições e avaliar o melhor local da classe para João sentar-se.
- (E) de perto, por isso, o professor deve ter maior atenção durante as lições e as atividades de leitura e escrita.

37. Lima, em *O aluno com deficiência visual: cegueira e baixa visão* (2018), afirma que a audiodescrição é a arte de transformar aquilo que é visto em palavras, o que se configura como um poderoso recurso na inclusão escolar e acadêmica, na medida em que possibilita referência e compreensão do ambiente.

Assinale a alternativa que corretamente descreve uma forma de como o professor pode fazer a audiodescrição, na perspectiva da autora.

- (A) Faça da audiodescrição uma prática obrigatória, descreva ao educando com deficiência visual o espaço da escola e restrinja descrever as características físicas de seus coleguinhas para não sobrecarregá-lo de informação.
- (B) Evite descrever cores para crianças cegas congênitas, porque a cor, apesar de ser um conceito social, é inacessível a essas crianças, portanto utilize comparações de cor com texturas.
- (C) Faça a descrição de maneira objetiva, buscando oferecer o máximo de informação, respeitando o momento de desenvolvimento da criança e seu potencial de compreensão.
- (D) Ao apresentar um vídeo de desenho animado ou outro material audiovisual, faça um planejamento prévio das descrições, eliminando conceitos mais abstratos, como cores, e reduzindo a quantidade de informações.
- (E) Evite que outras crianças sem deficiências ajudem na audiodescrição, pois elas não têm conhecimento de como descrever elementos visuais para o colega com deficiência visual.

38. Celma Domingues et al., em *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira* (2010), afirmam que o desempenho visual de uma pessoa com baixa visão pode ser desenvolvido e ampliado de forma gradativa e constante, pois a eficiência da visão melhora na medida do seu uso.

As autoras evidenciam a avaliação funcional do uso da visão como uma medida qualitativa eficiente que se refere, entre outras maneiras, ao uso

- (A) funcional no dia a dia, sendo obtida por meio de observação do comportamento visual com objetos do cotidiano e usados na prática de atividades de rotina.
- (B) de medidas e tabelas padronizadas de acuidade, de campo visual, de sensibilidade ao contraste e visão de cores avaliadas em atividades do cotidiano.
- (C) de tabelas de medida de acuidade visual específicas, que permitem a avaliação de acuidades visuais mais baixas.
- (D) de medidas padronizadas de visão, quanto à funcionalidade da acuidade visual de perto e de longe e à funcionalidade do campo visual.
- (E) funcional no dia a dia da escola, após verificação da acuidade de longe e perto por meio de escalas do tipo Snellen.

39. Márcia, de 12 anos de idade, tem diagnóstico de baixa visão por déficit de acuidade, é sensível a diferentes níveis de luz e tem desconforto para luz intensa e brilhos refletidos. Para melhor eficiência visual nas atividades de leitura, ela precisa do controle de iluminação, da diminuição da luz refletida no papel, bem como do aumento de contraste.

Com base em Sampaio et al., em *Baixa Visão e Cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão* (2010), a sugestão de um auxílio não óptico para leitura, no caso de Márcia, seria

- (A) uma folha com pauta ampliada e reforçada.
- (B) um plano inclinado para facilitar a ergonomia e melhorar a visualização.
- (C) uma caneta porosa preta ou um lápis 6B.
- (D) um acetato amarelo disposto sobre o texto.
- (E) uma guia para a escrita confeccionada em cartão preto e vazada.

40. Com base na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 14.146/2015) e em Sampaio et al., em *Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão* (2010), os auxílios ópticos e não ópticos para baixa visão são considerados

- (A) instrumentos de comunicação.
- (B) tecnologia assistiva ou ajudas técnicas.
- (C) instrumentos de acessibilidade.
- (D) elementos de desenho universal.
- (E) ajustes razoáveis.

41. A autora Elcie Masini, na publicação *O perceber de quem está na escola sem dispor da visão* (2013), assinala que uma criança que nunca enxergou tem uma experiência diferente daquela que ficou cega nos primeiros anos de vida.

Para a autora, na experiência perceptiva, estão compreendidos muito mais do que fatores perceptivo-cognitivos e fisiológicos, pois também estão envolvidos os fatores que dizem respeito

- (A) a como a pessoa percebe e constrói seu próprio mundo.
- (B) ao tipo e grau da perda visual no caso da criança com baixa visão.
- (C) às oportunidades que o ambiente propicia à pessoa com deficiência visual.
- (D) ao ambiente familiar e cultural em que a pessoa com deficiência visual vive.
- (E) aos aspectos psíquicos e emocionais inerentes a cada pessoa.

42. Para Celma Domingues et al., na publicação *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira* (2010), a criança com cegueira congênita, durante seu desenvolvimento, pode apresentar a tendência de emitir palavras, expressões ou termos descontextualizados, sem nexos, desprovidos de sentido e de significado, porque a falta de visão colabora para que a criança use as palavras para substituir aquilo que não enxerga.

Na concepção das autoras, essa definição refere-se à manifestação

- (A) da ecolalia.
- (B) de estereotipias.
- (C) de onomatopeias.
- (D) de maneirismos.
- (E) do verbalismo.

43. Na perspectiva de Celma Domingues et al., em *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira* (2010), uma criança com cegueira levará mais tempo para conhecer ou reconhecer as coisas e os objetos porque os manuseia e analisa palmo a palmo, enquanto a criança que enxerga percebe a totalidade dos objetos de uma só vez.

Nessa relação tato – visão, é correto afirmar que

- (A) o tato é um sentido proximal que permite o reconhecimento de detalhes porque o processamento é simultâneo.
- (B) o tato, na ausência da visão, é o único sentido que possibilitará à criança cega construir conceitos acerca do mundo ao redor.
- (C) o tato, por trazer informação simultânea, é o sentido principal pelo qual a criança com cegueira recebe informações do mundo.
- (D) o processamento do tato é sequencial e lento e nem tudo está ao alcance das mãos da criança com cegueira.
- (E) tanto visão quanto o tato são sentidos sequenciais, porém o processamento do tato é lento e o da visão é rápido.

44. Analise o excerto a seguir:

O desenvolvimento da consciência da escrita nas crianças com cegueira trata-se de um processo contínuo por meio do qual um conjunto de fatores articulados contribui para desencadear as mudanças que levam à tomada de consciência que se amplia por meio da exploração intencional para compreensão de conceitos, bem como da função de símbolos e da linguagem.

(Celma Domingues et al., *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*, 2010)

Na perspectiva das autoras, o desenvolvimento da escrita na criança com cegueira tem início

- (A) na Educação Infantil, com atividades lúdicas, de forma natural, por exemplo, colocando as etiquetas em braille nos brinquedos, materiais pessoais e escolares.
- (B) na Educação Infantil, com as atividades de pré-braille que possibilitarão a aprendizagem do braille como um sistema de leitura e escrita.
- (C) na 1ª série, quando efetivamente se inicia a aprendizagem da leitura e da escrita juntamente com as crianças sem deficiência.
- (D) desde o seu nascimento e está diretamente relacionado às interações verbais e não verbais entre os membros da família e ao seu desenvolvimento global.
- (E) assim que a criança cega adquirir habilidades motoras e táteis para distinguir os diferentes pontos em braille.

45. Leia o trecho a seguir:

A alfabetização de crianças com cegueira depende de um ambiente favorável que deve provocar a exploração dos sentidos remanescentes porque estas crianças não têm as mesmas possibilidades de entrar em contato direto, casual e espontâneo com a leitura e escrita. No entanto, a alfabetização não depende unicamente de integração dos sentidos.

(Celma Domingues et al., *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*, 2010).

De acordo com as autoras, é correto afirmar que as dificuldades de compreensão, de formação de conceitos ou de construção do conhecimento das crianças com cegueira

- (A) serão sanadas com a aprendizagem do sistema Braille como método de alfabetização porque os alunos cegos necessitam do tato para aprender.
- (B) dependem de conteúdos a serem trabalhados nas salas de atendimento educacional especializado voltadas ao alunado com deficiência visual.
- (C) não podem ser confundidas com déficit intelectual, dificuldades de aprendizagem ou consequências naturais da falta de visão.
- (D) representam áreas que precisam ser trabalhadas por profissionais da Educação Especial, pelo conhecimento que têm de tais especificidades da cegueira.
- (E) relacionam-se diretamente à limitação visual, pois a ausência de visão impede o acesso ao mundo a distância e tudo precisa estar ao alcance das mãos.

46. O ensino do soroban na escola corresponde a uma complementação curricular para o aluno com deficiência visual, e para o seu efetivo uso é necessário verificar se o aluno coloca corretamente as mãos sobre o instrumento.

De acordo com Sampaio et al. em *Baixa Visão e Cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão* (2010), o dedo indicador é usado no soroban para

- (A) mover as contas de 1 a 10.
- (B) levantar as contas de valor 5 e abaixar as contas de valor 1.
- (C) mover as contas nas diferentes posições na adição.
- (D) abaixar as contas de valor 5.
- (E) levantar as contas de valor 1.

47. De acordo com Sampaio et al. em *Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão* (2010), com relação ao uso da máquina braille para a leitura e a escrita de alunos com cegueira, é correto afirmar que

- (A) promove uma escrita mais lenta em relação à reglete, porque exige maior concentração com o uso das duas mãos, fato que não acontece com esta.
- (B) é um recurso mais lento que a reglete, pois o aluno precisa digitar cada ponto separadamente.
- (C) continua ainda com a duplicidade de código, um para a leitura e outro para a escrita, sem favorecer a simultaneidade desses dois processos.
- (D) exige maior concentração, porque o aluno pressiona as teclas dos pontos para a escrita e depois precisa checar o que escreveu pela leitura.
- (E) permite continuar sem dificuldade uma frase ou palavra que não couber na linha, por dar acesso imediato à leitura.

48. As pessoas com baixa visão necessitam da ampliação das imagens, de perto e longe, para conseguir enxergar melhor, e essa ampliação pode ser feita tanto por meio de recursos ópticos como não ópticos e tecnológicos.

Assinale a alternativa que menciona dois recursos de ampliação não ópticos, com base em Lima em *O aluno com deficiência visual: cegueira e baixa visão* (2018).

- (A) Aproximação de livros e cadernos dos olhos e uso de lentes de aumento.
- (B) Ampliação do tamanho da letra e redução da distância entre o observador e o objeto.
- (C) Lentes especiais de aumento e ampliação da projeção em uma superfície.
- (D) Lupas de apoio e softwares leitores de tela.
- (E) Lupas eletrônicas e softwares com recursos que propiciam a ampliação e a impressão.

49. Os auxílios não ópticos para pessoas com baixa visão podem ser diferentes para as atividades de escrita e as atividades de leitura.

De acordo com Sampaio et al. em *Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão* (2010), assinale a alternativa que menciona um auxílio para a escrita que favorece tanto a ampliação das letras quanto o aumento do contraste.

- (A) Folhas com pauta ampliada e reforçada.
- (B) Tiposcópico.
- (C) Pranchas inclinadas em um ângulo de 45°.
- (D) Papel filme na cor laranja sobre o texto.
- (E) Lente ou lupa de aumento.

50. Caroline Borges, em *Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva* (2020), ressalta que o atendimento educacional na sala de aula e na sala de recursos multifuncionais deve contribuir com o processo de ensinar e aprender na escola, sobretudo na sala de aula comum.

Nessa premissa, há que se considerar que as atividades desenvolvidas em sala comum e na sala de recursos multifuncionais sejam

- (A) independentes, pois existem atividades planejadas com conteúdos específicos a cada uma das salas.
- (B) colaborativas, com planejamento coletivo pelos professores, mas executado separadamente em cada sala.
- (C) interdependentes, pois a sala de recursos multifuncionais deve orientar as atividades da sala regular.
- (D) complementares uma à outra, para potencializar a aprendizagem dos alunos em sala de aula.
- (E) superpostas, porque a sala de recursos multifuncionais deve agregar conteúdos à sala regular.

51. De acordo com Alves e Amorim em *A criança cega vai à escola: preparando para a alfabetização* (2008), a aprendizagem da criança cega acontece por meio da interação com pessoas e objetos que a rodeiam, com o uso dos sentidos remanescentes, pela movimentação corpórea e pela motivação frente a novas experiências.

Assinale a alternativa correta sobre a funcionalidade dos sentidos remanescentes no desenvolvimento da criança cega na perspectiva de Alves e Amorim (2008).

- (A) A audição é um privilégio para a criança cega, mas o tato é o sentido natural para a aprendizagem e o acesso à linguagem.
- (B) O movimento é o fator mais importante para aprendizagem, por meio do tato ativo, uma vez que o tato passivo pouca informação oferece.
- (C) O olfato pode oferecer auxílio extra quanto à orientação espacial em alguns ambientes característicos como feiras, farmácias e padarias.
- (D) O paladar não representa um sentido que oferece informações sobre o mundo, da mesma maneira que não é tão desenvolvido nas pessoas videntes.
- (E) O tato é o sentido mais desenvolvido, primordial, pois, por meio dele, a criança cega terá acesso ao mundo proximal e à distância.

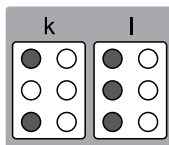
52. Observe o seguinte sinal braille:

(135) :·

De acordo com *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), o sinal apresentado representa a letra minúscula:

- (A) e
- (B) ê
- (C) ó
- (D) ô
- (E) o

53. Examine os seguintes sinais braille:



(Celma Domingues et al., *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*, 2010)

Os sinais apresentados correspondem à seguinte série braille:

- (A) 2ª série
- (B) 1ª série
- (C) 3ª série
- (D) 4ª série
- (E) 5ª série

54. Durante uma atividade em braille, os alunos com cegueira aprendem a escrever seus próprios nomes. Um dos alunos, Raul, produziu a seguinte sequência de sinais braille referente ao seu nome, que se escreve sem acento na letra u:

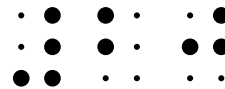


A professora explicou a Raul que sua produção estava incorreta.

Você como professor, concorda que está incorreta, porque

- (A) falta o sinal (46), corresponde à letra maiúscula antes do sinal de r (1235), para indicar nome próprio.
- (B) a letra u está incorreta, porque u sem acento é marcado com os sinais (2346).
- (C) a letra r está incorreta, pois os pontos que representam o r corretamente são (234).
- (D) falta o sinal (3), que corresponde ao ponto-final, que deve ser marcado após o sinal de l (123).
- (E) o terceiro sinal, que corresponde à letra u, sem acento, deveria estar marcado com os pontos (23456).

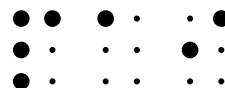
55. Analise a seguinte sequência braille:



Com base em *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), a sequência apresentada corresponde a qual número?

- (A) 10
- (B) 25
- (C) 20
- (D) 15
- (E) 30

56. Analise a seguinte sequência de sinais braille:



De acordo com a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), assinale a alternativa que contém a palavra referente à sequência de sinais em braille apresentada.

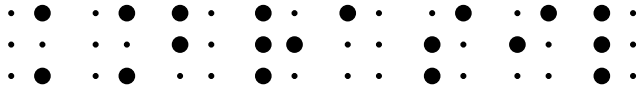
- (A) pau
- (B) pai
- (C) pão
- (D) rio
- (E) rua

57. A ordem braille se organiza em sete séries de sinais braille. A 1ª série é constituída por 10 sinais, todos superiores, razão pela qual é denominada série superior, conforme a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018).

Assinale a alternativa que apresenta 3 letras que correspondem aos sinais da 1ª série braille.

- (A) q – r – s
- (B) n – o – p
- (C) u – v – x
- (D) r – s – t
- (E) d – e – f

58. Analise a seguinte sequência de sinais braille:



Assinale a alternativa na qual a escrita corresponde à sequência de sinais braille apresentada, considerando a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018).

- (A) "Brasil"
- (B) Brasil
- (C) (Brasil)
- (D) BRASIL
- (E) (brasil)

59. Analise o seguinte sinal braille:



De acordo com a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), o sinal braille apresentado, referente a pontuação, corresponde à representação

- (A) da vírgula.
- (B) do travessão.
- (C) do ponto ou apóstrofo.
- (D) da exclamação.
- (E) do hífen.

60. Os sinais braille são formados por 6 pontos, sendo os pontos 1, 2 e 3 organizados na coluna da esquerda e os pontos 4, 5 e 6 organizados na coluna da direita, de cima para baixo.

De acordo com a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), são considerados sinais inferiores aqueles formados

- (A) com os pontos 1 e 3.
- (B) sem os pontos 2 e 5.
- (C) com os pontos 1 e 2.
- (D) sem os pontos 3 e 6.
- (E) sem os pontos 1 e 4.

